



ADUR-RJ S.SIND

# ADUR INFORMA

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN

EDIÇÃO Nº 176

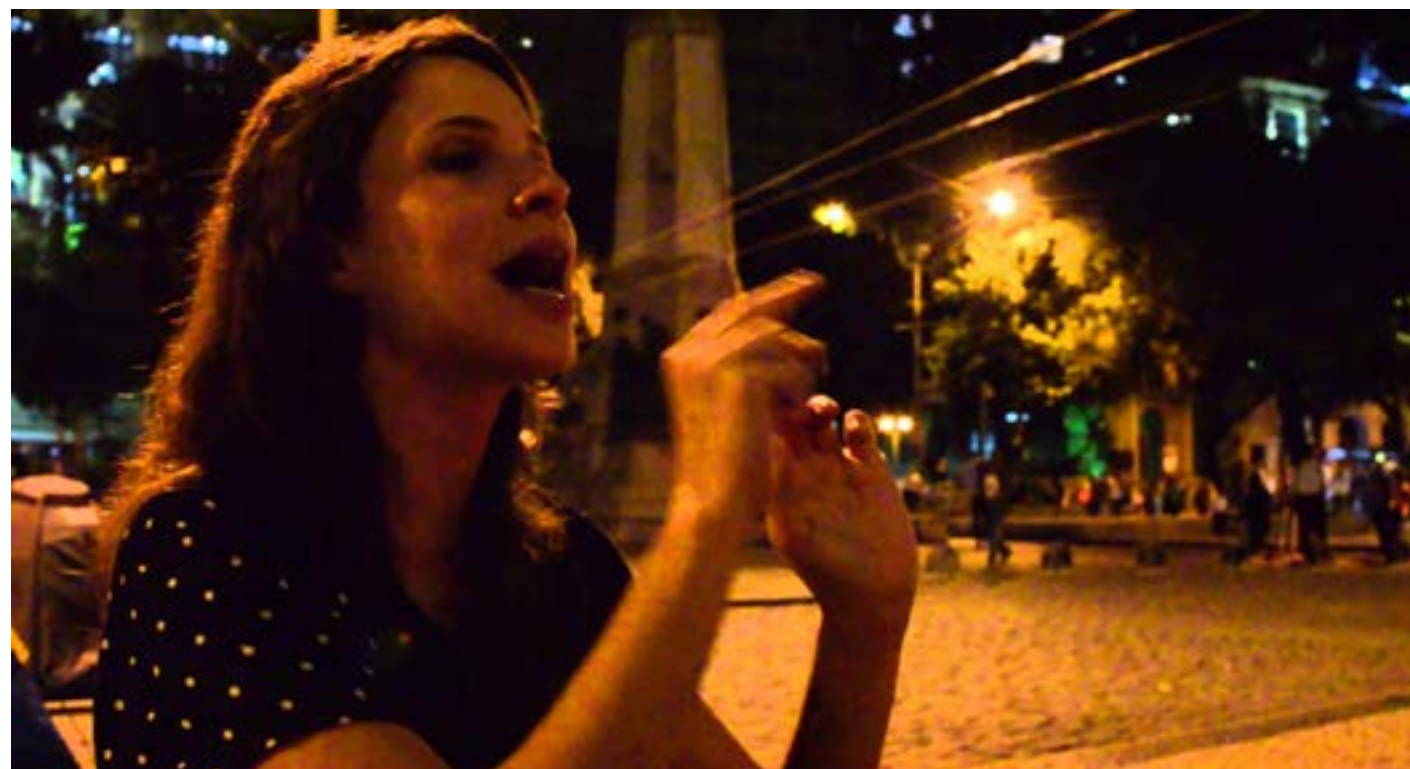
SETEMBRO 2018

Foto: Fernando Sousa | AdUFRJ

**Museu Nacional foi destruído  
por incêndio no ano em de seu  
bicentenário. Fogo consumiu todo  
o acervo e estrutura da instiuição**



## Docente da Unirio é absolvida pela justiça após perseguição política



Clarisse Gurgel, professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), foi absolvida da acusação de calúnia e difamação que vinha sofrendo. A 1ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro inocentou a professora. O acusador era o decano do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (CCPJ), Benedito Fonseca.

Docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes da Unirio questionaram um projeto que criaria uma “Fundação de Amigos” para receber doações de egressos do CCPJ da universidade. Em uma reunião do Conselho Universitário, Clarisse leu um documento público, assinado pelos três segmentos, que criticava a criação do fundo antes mesmo da aprovação de uma lei que permitisse esse mecanismo. O texto questionava o caráter privatista da Fundação e também criticava o fato da Fundação abrir uma conta de pessoa física para receber doações à universidade.

Na decisão de Ian Legay Vermelho, juiz responsável pela sentença, o texto ressalta que o documento

lido pela docente “possui o nítido propósito de questionar medidas prejudiciais ao interesse público, segundo a ótica de quem o elaborou, sem que se possa dele extrair passagem que evidencie a intenção de atribuir ao querelante a prática de crime ou de ofender sua reputação”. “Clarisse foi apenas a porta-voz de um movimento dos três segmentos da universidade que leu o documento ao Conselho. Nunca se abriu investigação sobre a proposta da Fundação de Amigos, mas se abriu esse processo de perseguição contra ela”, ressaltou Rodrigo Castelo, 1º tesoureiro da Associação dos Docentes da Unirio (Adunirio – Seção Sindical do ANDES-SN).

### Comissão do ANDES-SN contra perseguições a docentes e especial ADUR Informa sobre o assunto

Em março deste ano, seguindo uma orientação do 37º Congresso do Sindicato, o ANDES-SN instalou uma comissão para acompanhar os casos de perseguição, assédio e repressão

aos docentes das Instituições de Ensino Superior, Institutos Federais e Cefets.

A deliberação do Congresso afirma que a comissão “ficará responsável pelo levantamento, acompanhamento e denúncia dos casos de assassinatos, perseguições, investigações, judicializações e criminalizações de caráter político promovidos pelos aparelhos repressivos do Estado ou por grupos reacionários organizados dentro e fora das Instituições de Ensino Superior, IFs, CEFETs, com o fim de repressão e cerceamento da liberdade de pesquisa, de ensino, de aprendizagem, de mobilização e de luta”.

Para o próximo ADUR Informa, estamos preparando um levantamento dos casos mais recentes de perseguição a docentes, incluindo o andamento da comissão do ANDES e alguns dos instrumentos jurídicos utilizados.

Informações: ANDES-SN

## Cartilhas produzidas pelo Sindicato Nacional subsidiam debate em defesa da educação pública

Ao longo dos anos, o Sindicato Nacional produziu uma série de documentos, como cartilhas e notas políticas explicativas e esclarecedoras sobre medidas que atacam a educação. Com o objetivo de subsidiar e contribuir para o debate recente sobre os temas, o 63º CONAD deliberou que estes documentos deveriam ser amplamente divulgados. Dentre os temas abordados estão a crise de financiamento da educação, o sucateamento e mercantilização do ensino, propostas de alteração curricular como a contrarreforma do Ensino Médio e a BNCC, entre outros. Todos os documentos estão disponíveis on-line. A seguir, fizemos um resumo das principais cartilhas.

### Nota política do ANDES-SN: Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Em 2016 o MEC disponibilizou em seu site uma versão preliminar da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica. O ANDES se posicionou contra a proposta por considerá-la um instrumento centralizador, autoritário, reducionista e de controle de conteúdos ministrados pelos professores da educação básica. Link da nota.



Em julho de 2018 o GTPE, GTC&T e GTVerbas produziram em conjunto a cartilha “**Crise de financiamento das universidades federais, e da ciência e tecnologia pública**”. O objetivo do material é analisar de forma crítica a questão do financiamento da educação superior e da ciência e tecnologia e demonstrar, com dados, que existem recursos financeiros para a expansão do orçamento do ensino superior e desenvolvimento da ciência e tecnologia públicas, mas que vem sendo utilizados pelo governo federal em um processo de mercantilização da educação e de desmonte das instituições federais de ensino com profundos cortes no orçamento. Link

A cartilha “**Um pouco de história, pois o futuro não se constrói só com o presente**” foi produzida pelo GTPE e conta a história do ANDES-SN, que nasceu como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, em 1981, e após a promulgação da Constituição Federal em 1988 se tornou o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

O documento apresenta os compromissos e ações do sindicato e o protagonismo do ANDES em algumas ações históricas. Também aponta as propostas para a educação brasileira e expõe os principais espaços deliberativos e de formação do sindicato. Link



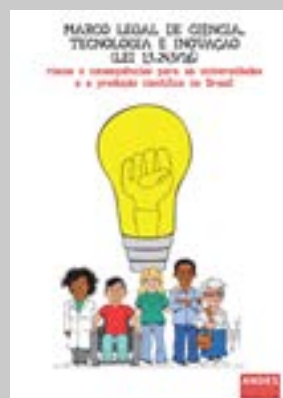
O boletim “**Projeto do capital para a educação: análise e ações para a luta**” faz parte do cumprimento das resoluções aprovadas no 35º Congresso para expressar a posição do Sindicato em relação a alguns dos projetos e programas originários do Congresso e do Governo Federal. O documento foi produzido pelo GTPE em março de 2016 e traz uma análise crítica a BNCC e a PEC 10/2014, às consequências de suas implementações e às políticas educacionais pautadas pelos setores neoconservadores e neoliberais. Link





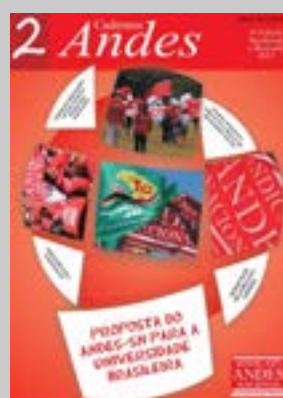
A cartilha **“A contrarreforma do ensino médio: o caráter excludente, pragmático, e imediatista da Lei nº 13.415/2017”** foi produzida pelo GTPE em junho de 2017 e traz uma avaliação sobre a lei que aprovou a contrarreforma do ensino médio. A proposta da cartilha é analisar o reducionismo do conhecimento curricular que a lei vai realizar, assim como denunciar a perspectiva operacional e minimalista que incidirá sobre a formação dos estudantes. [Link](#)

O boletim **“Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/16): riscos e consequências para as universidades e a produção científica no Brasil”** foi produzido em março de 2017, com a coordenação do GTC&T e a principal proposta é responder a pergunta: que riscos poderão ocorrer à produção científica e às instituições públicas de pesquisa no Brasil em decorrência da Lei nº 13.243/2016, elaborada com a participação de parte da comunidade científica? [LINK](#)



A cartilha **“As políticas de desmonte da Educação Pública”** foi produzida em 2017 e apresenta alguns textos elaborados pelo Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais em momentos distintos, mas que trazem como elo uma análise crítica sobre a privatização e mercantilização da educação. O ANDES tem procurado analisar os principais aspectos das legislações que regulamentam as ações que norteiam os diferentes níveis de ensino. O principal objetivo deste trabalho é fornecer subsídios para a categoria dos docentes se munir de conhecimentos e elementos argumentativos para fortalecer a luta em prol de uma educação classista e democrática. [LINK](#)

O Caderno ANDES nº2 **“Propostas do ANDES-SN para a Universidade Brasileira”**, foi elaborado por professores do ensino superior de todo país e atualizado pelo 31º Congresso. Assim como às edições anteriores, tem o objetivo de apresentar aos setores organizados da sociedade e a opinião pública a crítica dos docentes sobre a educação superior e às propostas atualizadas para a universidade brasileira e para a educação técnica e tecnológica nas Instituições de Ensino Superior (IES). [LINK](#)



## Museu mais antigo do Brasil é destruído por incêndio

Foto: Marcelo Sayão | EFE



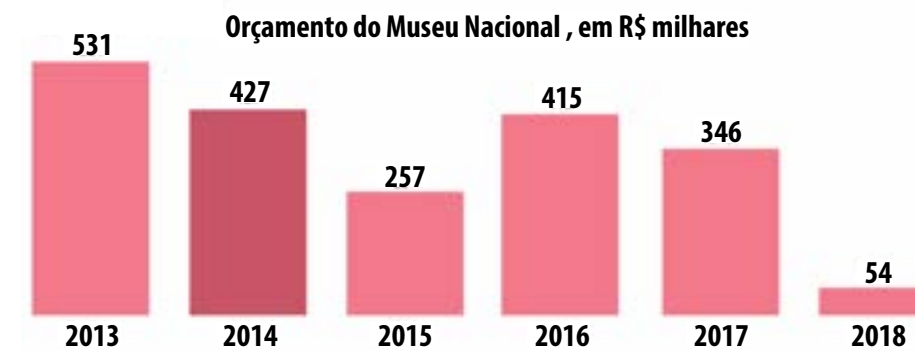
O Museu Nacional, o mais antigo do país, foi atingido por um incêndio de grandes proporções durante a noite do dia 2 de setembro. Os bombeiros foram acionados às 19h30 para conter as chamas que atingiram o Museu, localizado na Quinta da Boa Vista, no bairro de São Cristóvão, mas não conseguiram controlar o fogo nas primeiras horas. Às 21h o fogo já havia tomado completamente o prédio. 200 anos de história, ciência e cultura viraram pó. A origem do incêndio já foi identificada, mas ainda não foi divulgada para não atrapalhar as investigações.

O museu é administrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro que, assim como as demais instituições públicas de ensino do país, vem sofrendo com os cortes no orçamento dos últimos anos. Desde 2014 o Museu Nacional não recebia a verba de 520 mil anuais,

orçamento oficial da Instituição e o valor necessário para o seu funcionamento adequado. Com a Emenda Constitucional 95, aprovada em 2016, a situação piorou ainda mais. A medida, fruto do governo Temer, congelou os gastos públicos por 20 anos em todos os setores, inclusive cultura e educação, e atingiu diretamente o orçamento das universidades. Nos últimos dois anos quase toda a verba destinada ao Museu foi cortada. Em 2017 o repasse foi de 346 mil reais, em 2018 caiu para 54 mil até abril.

Os alertas sobre os riscos não são recentes. Há pelo menos duas décadas havia denúncias das condições precárias do museu: alertas sobre riscos de fogo, inundações e infiltrações começaram antes da situação financeira do país piorar. As instituições de educação, ciência e cultura estão esquecidas

pelos chefes de estado e pelas políticas públicas. Os prédios da UFRJ estão constantemente em risco, apenas no campus da Ilha do Fundão aconteceram três incêndios nos últimos tempos. Em 2017 o alojamento estudantil pegou fogo deixando quatro moradores feridos e uma sala da Pró-reitoria de Gestão e Governança foi danificada pelo fogo; em 2014 um curto circuito no ar-condicionado causou um incêndio no Centro de Ciências da Saúde. Fora do Fundão aconteceu o incêndio de maior gravidade até então, em 2011 parte do Palácio Universitário, no campus da Praia Vermelha, chegou a desabar. O fogo provocou a queda da estrutura e destruiu parte da Capela de São Pedro de Alcântara, datado de 1850 e tombada pelo IPHAN. Dessa mesma forma sofrem todas as demais Instituições públicas de Ensino, Cultura e História do Brasil.



### História

O museu foi fundado em 1818 por Dom João VI para estimular o conhecimento científico no país. A instituição investiu nas áreas de antropologia, paleontologia e arqueologia por influência do Imperador Dom Pedro II, que era um entusiasta das áreas. Nos dois séculos seguintes o museu se tornou



a maior referência em História Natural e Ciências Humanas da América Latina.

O atual prédio do Arquivo Nacional, que fica no Campo de Santana, no centro da cidade, foi a primeira sede do Museu Nacional. Em 1892 o Museu e todo o seu acervo foi transferido para o Paço de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, onde se encontra até os dias de hoje.

De acordo com uma pesquisa da professora da Escola de Museologia da Unirio, Andrea Costa, a maioria dos frequentadores do Museu Nacional eram pessoas de classe média e classe média baixa, que possuíam renda de 1 a 3 salários mínimos.

A popularidade do museu sempre foi grande, principalmente pelo fácil acesso através de transporte público, a entrada gratuita em alguns horários e proximidade de comunidades mais pobres, diferente da maioria dos museus que se encontram em áreas consideradas nobres. Muitos

frequentadores levavam os filhos e a família, pois além de um espaço científico, era também um local de lazer.

O Museu Nacional está presente nas memórias mais antigas de muitos cariocas porque promovia visitas escolares. Os alunos de escolas públicas tinham entradas gratuitas e os de escola particulares pagavam 2 reais.

#### Acervo e pesquisas

O museu possuía cerca de 20 milhões de itens. Durante os últimos anos apenas 1% das peças estavam expostas. Contava com acervo bibliográfico, científico e documental que ainda não estavam completamente catalogados.

Entre os principais itens que abrigava estava o meteorito do Bendegó, o maior encontrado no país e a primeira coleção de múmias egípcias nas Américas. As peças mais conhecidas eram o esqueleto de um dinossauro encontrado em Minas Gerais e o mais antigo fóssil humano encontrado nas Américas, nomeado

como Luzia.

O acervo também guardava a memória da formação do país, desde documentos da época do império, artefatos indígenas, itens relacionados às manifestações de origem afro-brasileiras, como os objetos apreendidos pela polícia na época em que a capoeira, o samba, e religiões de matrizes africanas eram criminalizadas e perseguidas por órgãos públicos.

Os artigos das ciências naturais impressionavam pela quantidade e variedade: coleções entomológicas, botânicas, coleções de conchas, corais, borboletas, e o campo dos invertebrados de forma geral.

Como era um museu universitário, além do acervo para visitação e exposição o Museu também possui um perfil acadêmico e científico. É reconhecido internacionalmente como núcleo de excelência em pesquisas. O prédio abrigava seis cursos de Pós-graduação, *stricto e lato sensu*. Mestrado e doutorado em Antropologia Social, Arqueologia, Botânica, Zoologia, Geologia e cursos de especialização em Línguas Indígenas Brasileiras. Estes cursos, assim como os departamentos técnicos que funcionavam no prédio destruído pelas chamas, e peças do acervo resgatadas pela população estão sendo, paulatinamente, alocados no Horto Botânico, uma extensão do Museu Nacional que também fica na Quinta da Boa Vista.

#### UFRJ sofre ataques por parte de setores privatistas

Após o incêndio muitos apontaram culpados para o incidente e o descaso com o Museu. Alguns responsabilizaram os dois últimos governos federais pela falta de compromisso com as instituições culturais e científicas no país. Em uma declaração oportunista, o Governo culpou a UFRJ pelos escassos recursos repassados para a manutenção do Museu. O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha afirmou em uma coletiva que entre 2012 e 2017 a verba orçamentária

para a UFRJ teria aumentado. Em resposta, a universidade divulgou uma nota chamando a afirmação de Padilha de “falaciosa” e desmentindo a afirmação do Ministro. Os dirigentes da instituição afirmaram que os cortes de orçamento nos últimos anos foram brutais e que a instituição vai fechar em déficit em 2018.

O Jornal O Globo também atacou as instituições públicas de ensino, em especial a UFRJ e a UERJ. Em editorial do dia 17 de setembro, o Jornal afirma que as duas universidades são instituições falidas, insinua que os gastos da UFRJ com pessoal são acima da inflação e induz o leitor ao erro ao afirmar que há excesso de servidores em um cálculo que inclui aposentados e pensionistas na folha de pagamento.

Em resposta, a Reitoria da UFRJ emitiu uma Nota Oficial na qual aponta os exemplos de manipulação nos textos do jornal, destaca que a instituição assegura um padrão de qualidade de acordo com os melhores indicadores, assinala importantes feitos da universidade para o desenvolvimento da ciência e tecnologia do país e reforça a autonomia da instituição em relação aos partidos, aos credos religiosos e aos interesses particularistas presentes no Estado e no mercado.

“A UFRJ tem orgulho de afirmar que o seu principal indicador de eficiência na aplicação dos gastos são os seus resultados auspiciosos e reafirma que a melhor forma de debater o tema da universidade brasileira é com estudos rigorosos, portanto com o abandono de ideias preconcebidas. Antes de olhar para seus próprios interesses, cada sujeito deve mirar os melhores anseios e possibilidades de futuro. Esse é o debate que a UFRJ anseia e reivindica”, encerra a nota.

Diversas instituições saíram em defesa da universidade, inclusive a Assembleia da ADUR, que emitiu uma nota em repúdio aos ataques sofridos pela Reitoria da UFRJ. “Mais uma vez se repete o roteiro prescrito pelo receituário neoliberal, executado à exaustão nas últimas



Foto: Acervo Coordcom UFRJ

O crânio de Luzia, fóssil humano mais antigo do Brasil e descoberta importantíssima para as teorias de povoamento das Américas foi destruído no incêndio. Na foto, a reconstituição da cabeça de Luzia.

décadas: o contingenciamento de verbas imobiliza a gestão das instituições públicas, leva a uma precarização crescente do seu funcionamento, e muitas vezes a desastres. Os mesmos que defendem o cerceamento de recursos, de forma hipócrita, oportunista e desonesta se aproveitam dos desastres anunciados e já trazem imediatamente a solução – privatizar, reduzir quadros, retirar direitos”, afirma a nota.

#### O futuro do Museu Nacional

Encaminhando a questão, o presidente Michel Temer assinou duas Medidas Provisórias polêmicas. A primeira foi a criação da Agência Brasileira de Museus (Abram), que assumirá as funções que hoje são do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). A Abram irá comandar a reconstrução do Museu Nacional e discutir a situação de outros museus do país. A medida é criticada por diminuir a participação e decisões da Universidade sobre a reconstrução, já que a Agência será a gestora dos recursos empregados. A UFRJ manterá o vínculo com os cursos e

pesquisas que eram administrados no museu.

No mesmo sentido, a outra medida polêmica assinada por Temer cria a Lei dos Fundos Patrimoniais, que tem objetivo de estimular doações privadas para projetos públicos, não só para os museus. O Presidente se reuniu com banqueiros no dia 5 de setembro para discutir a proposta de um novo modelo de gestão dos recursos destinados aos museus. Essa proposta ainda precisa ser discutida, pois fere a autonomia universitária.

Vale destacar que o problema da manutenção do Museu não está associado ao fato de ele pertencer à UFRJ, e sim à falta de recursos que os órgãos administrativos federais deixaram de repassar à UFRJ para que a Instituição pudesse honrar os compromissos com o Museu. Entregar a administração do Museu, local onde se desenvolvem vários cursos de pós-graduação e pesquisa de ponta, à iniciativa privada, neste momento trágico, é puro oportunismo daqueles que defendem a privatização da educação superior pública, a fim de favorecer os grandes empresários do ensino.

Pesquisadores tentaram salvar os equipamentos que conseguiram carregar no dia do incêndio.



Foto: Fernando Sousa | AdUFRJ



Os dirigentes da UFRJ repudiam essa opção porque acreditam ser uma privatização disfarçada. A presidente da ADURJ, professora Maria Lúcia Werneck Vianna se manifestou sobre a ação "Dizer que a UFRJ não tem capacidade de gestão de seus espaços é dizer que ela não tem capacidade de existir. Mas ela existe. E seguirá existindo". Vale ressaltar que a UFRJ é uma das mais conceituadas universidades do país.

### Protestos

No dia 3 de setembro sindicatos, representações de estudantes, movimentos sociais se reuniram em um ato em solidariedade ao Museu e contra a destruição da memória, educação, ciência e tecnologia. O protesto em defesa do Museu Nacional também foi contra a Emenda Constitucional 95, medida que limita o orçamento da União em investimentos na educação e na conservação do patrimônio público. A Adur participou do ato, juntamente com a comunidade ruralina, disponibilizando três ônibus para comparecer a manifestação.

O feriado de 7 de setembro também foi marcado por protestos em defesa do Museu, manifestantes se reuniram em frente a Aldeia Maracanã e caminharam até o Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista. A



Foto: João Laet

*Protestos aconteceram no dia seguinte ao incêndio, que lotou a Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro, e no dia 7 de setembro*

manifestação defendeu a revogação da Emenda Constitucional 95 e o fim dos cortes nas verbas para cultura, educação, ciência e tecnologia. A Medida Provisória do governo Temer que tenta desvincular a UFRJ e o Museu Nacional também foi alvo de críticas durante o ato. A ADUR também participou do ato.

O que foi perdido é imensurável e irreparável e não existe um inventário dos itens perdidos. Agora os esforços se concentram em recuperar o que não sucumbiu ao incêndio. Serão criados grupos de trabalho para entrar no prédio e resgatar o que não foi perdido, um trabalho de arqueologia.

## INCÊNDIO EM MUSEU JÁ É COMUM

O descaso com o acervo de museus é notório. Nos últimos 10 anos pelo menos oito prédios com valor histórico, artístico e científico foram consumidos por incêndios.

Em 2008, o Teatro da Cultura, na região central de São Paulo foi destruído por um incêndio. Até hoje o museu está coberto por tapumes. As causas são desconhecidas e a expectativa é que ele fique pronto em 2021.

O Instituto Butantan foi atingido por um incêndio em 2010. O fogo atingiu o laboratório dos répteis, que possuía animais vivos e é um dos principais acervos de cobras do mundo.

Em 2015 o fogo destruiu o Museu da Língua Portuguesa, um dos mais visitados da América do Sul e o primeiro no mundo dedicado a um único idioma. Um bombeiro que atuava no museu morreu ao abrir uma porta durante o incêndio. O prédio está sendo reconstruído e a previsão para a reabertura é 2019.

## ADUR INFORMA

**Presidente:** Luís Mauro S Magalhães, **1º Vice-Presidente:** Victor Cruz Rodrigues, **2º Vice-Presidente:** João Telhado Pereira, **1ª Secretária:** Denise Monte Braz, **2ª Secretária:** Célia Regina Otranto, **1º Tesoureiro:** Antônio José Mayhe Nunes, **2º Tesoureiro:** Leandro Tomaz de Araújo.

**Equipe de Comunicação**

**Jornalista:** Pollyana Lopes **Estagiária:** Gabriela Venancio

Rod. BR 465, Km 7 - Campus da UFRJ - Seropédica, RJ  
CEP: 28851-970 - Caixa Postal: 74537